

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ESTADUAL DO RIO PANDEIROS - MG: ESPAÇO, TERRITÓRIO E ATORES

Maria Bárbara de Magalhães Bethonico¹
Sandra Baptista Cunha²

A sociedade atual é marcada por conflitos, entre eles o do crescente consumo e a preservação do meio ambiente. Em situações mais específicas o conflito reflete a situação sócio-econômica de pequenas comunidades que buscam a sobrevivência na extração dos recursos naturais. Em áreas de proteção ambiental esses conflitos são traduzidos, muitas vezes, em relações que envolvem moradores locais, governo e empresas, formando um jogo de poder no interior de um espaço. A presente pesquisa buscou refletir sobre esses conflitos, tendo como área de estudo a APA Estadual do Rio Pandeiros, com enfoque nas relações que envolvem a produção de carvão vegetal e a atuação do Estado enquanto gestor da área. A compreensão desses conflitos e suas implicações nas comunidades e na gestão do território foram os objetivos da pesquisa, considerando-se a complexidade das relações entre os atores ali presentes. Os resultados da pesquisa indicaram que os conflitos estão presentes, principalmente entre a comunidade e o Estado, pois a necessidade de sobrevivência tem superado a preocupação ambiental. Porém esses conflitos não se limitam a essa esfera, mas está no interior do próprio Estado que, pressionado pela sociedade e pelo cumprimento da legislação vigente sobre meio ambiente se vê diante da necessidade de delimitação de áreas de proteção.

Palavras-chave: Área de Proteção Ambiental; carvoarias; sustentabilidade, políticas públicas.

Introdução

O século XX foi marcado por significativas modificações nas relações do homem com o seu meio, gerando a construção de novos paradigmas para a ciência. Os efeitos da globalização, seguidos pelo rápido desenvolvimento tecnológico e do crescimento da utilização de matéria e energia fornecidas por recursos naturais, construíram novas demandas, novos produtos e, com a circulação de informação e da mídia, marca da sociedade de consumo, todos os cantos do planeta foram atingidos por essas novas necessidades, seja por produtos ou por serviços, mesmo que de forma extremamente desigual.

A demanda por produtos siderúrgicos tem sido crescente neste século, mesmo que “breve” e marcado por incertezas, como identificou Hobsbawm (1995), indicativo da ampliação do consumo por parcela significativa da humanidade concentrada em espaços privilegiados economicamente. Se existem espaços privilegiados existem, na outra ponta, espaços que não estão nessa situação e que deixam transparecer que as benesses do consumo não são para todos. Nesses espaços que margeiam esse consumo é onde, muitas vezes, está a base de sustentação desse sistema, com a produção e os primeiros beneficiamentos dos produtos a serem aperfeiçoados para atender ao exigente mercado

¹Doutora em Geografia e Ordenamento Territorial; Professora da Universidade Federal de Roraima/Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena; e-mail: mbbethonico@insikiran.ufr.br

²Doutora em Geografia; Professora da Universidade Federal Fluminense- Departamento de Geografia; e-mail: sandracunha@openlink.com.br

consumidor.

A produção de carvão vegetal ocorre em diversas partes do Brasil, seja ele de origem de reflorestamentos de eucalipto, seja de vegetação nativa. Nas duas formas ocorrem impactos ambientais e as áreas de ocorrência são palcos de conflitos. Compreender os conflitos relacionados ao uso de recursos naturais, no caso a vegetação, em uma Unidade de Conservação é o objetivo da pesquisa. Para a análise desses conflitos delimitou-se como espaço a APA do rio Pandeiros, localizada nos municípios de Januária e Bonito de Minas, na região norte de Minas Gerais (FIG. 1). Essa delimitação justifica-se por ser uma área que contém em seu interior e entorno áreas de reflorestamentos e produção de carvão vegetal de mata nativa seja autorizada pelos órgãos competentes ou não. Paralelamente a essa atividade, em 1995 a área foi definida como Unidade de Conservação/UC pela sua importância ecológica para os ecossistemas do Cerrado e da Caatinga, além da relação com a ictiofauna do rio São Francisco.

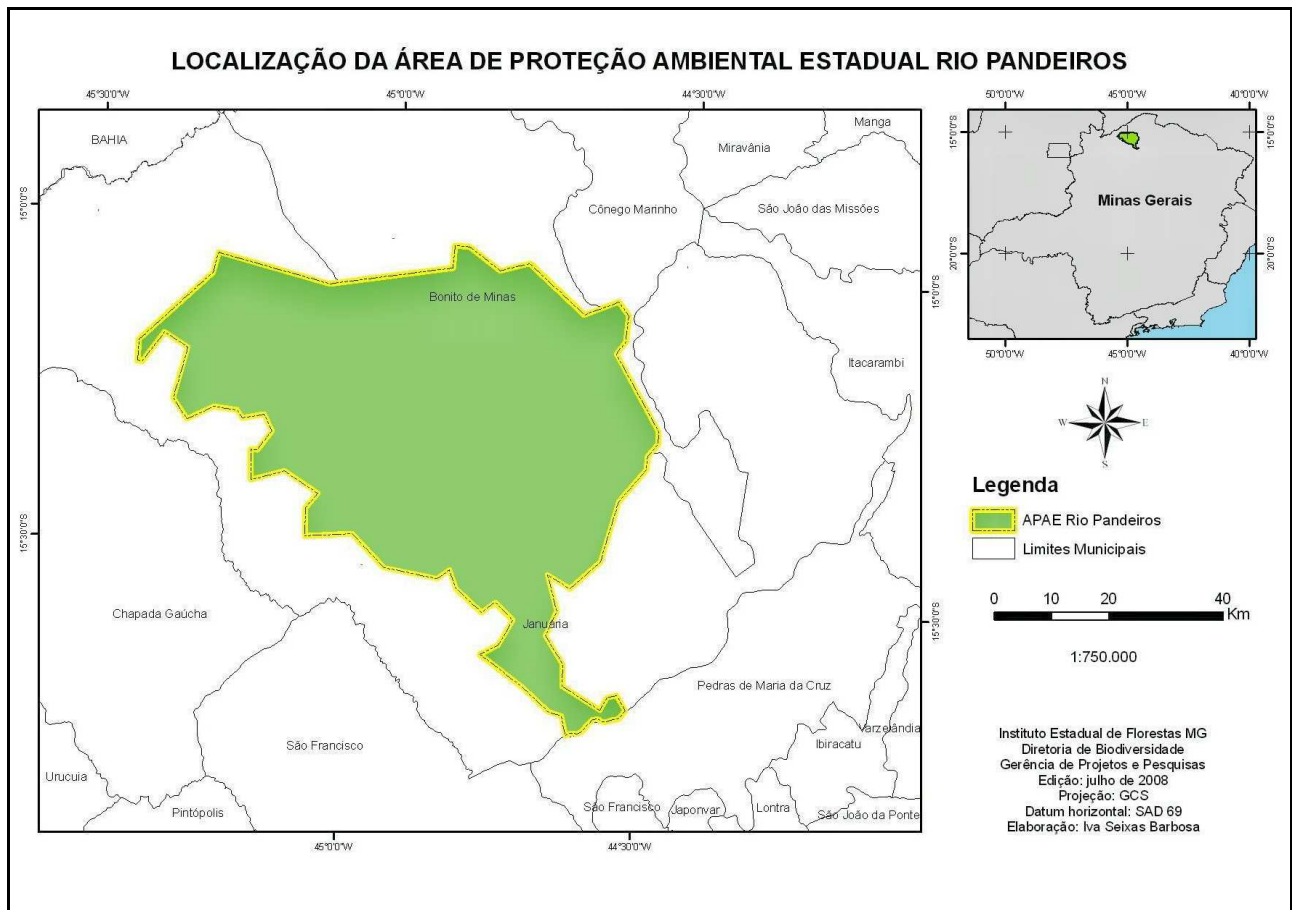


Figura 1: Localização da APA Estadual do Rio Pandeiros

O fenômeno do conflito presente atualmente nesse espaço gerou a necessidade de um recorte temporal que foi definido pela década de 1970, momento em que o Estado promoveu a ampliação das áreas de reflorestamentos destinados a produção de carvão vegetal para alimentar os autofornos

das siderúrgicas da região central do estado de Minas Gerais. Essa ampliação se estendeu por todo o Norte, Nordeste e Noroeste do estado. As consequências foram profundas alterações na paisagem e na vida das comunidades ali presentes, nos seus hábitos e em novas relações de produção e trabalho. As relações com o meio ambiente também se alteraram. Este passou a ser visto como recurso, na figura de madeira para carvão.

Os conflitos presentes na área de estudo são indicativos da ausência de harmonia nas relações entre a sociedade humana e a natureza enquanto provedora de matéria-prima para algumas demandas dessa sociedade. Dessa forma, os fenômenos que ocorrem na APA recompõem os dispositivos da produção, como as forças produtivas, as relações de produção e as contradições existentes nesses dois elementos. Esses fenômenos se prolongam e acentuam-se num plano novo – o de uma área de proteção ambiental – gerando conflitos ainda mais profundos do que a propriedade privada dos meios de produção, conflitos esses que agregam mais um ator, o Estado.

Métodos

A área da APA Estadual do Rio Pandeiros corresponde a bacia hidrográfica do rio com o mesmo nome e, considerando essa delimitação, a análise utilizou esse recorte espacial.

A estrutura conceitual foi realizada para compor um arcabouço teórico visando possibilitar a compreensão da dinâmica do território e das múltiplas facetas que compõem os conflitos na área, incluindo seus aspectos naturais e humanos.

Entrevistas foram realizadas nos momentos de campo e, com o objetivo de conhecer a realidade das comunidades e suas relações com o carvoejamento e o IEF, optou-se por entrevistar as lideranças comunitárias. Através da observação direta foi possível examinar alguns fatos e fenômenos, como processos erosivos e os leitos secos dos rios, lagoas e veredas, que são associados à produção de carvão e aos problemas ambientais correlacionados. Procedeu-se, também, uma coleta de dados secundários relativos aos municípios. O objetivo consistiu em caracterizar, a partir de informações quantitativas, os contextos social e econômico da área e a relação com as políticas do Estado. A ação analítica, de diagnósticos e proposições consistiram na etapa final da pesquisa.

Unidades de Conservação - UC's

Segundo Diegues (1996) existem duas orientações teóricas que nortearam a criação de áreas protegidas a partir do século XIX. A primeira refere-se ao conservacionismo e a segunda ao preservacionismo. A primeira orientação está baseada na proposta de Gifford Pinchot, com base em três princípios: i) uso dos recursos naturais pela geração atual; ii) prevenção do desperdício; iii) uso dos recursos naturais para a maioria dos cidadãos. O preservacionismo foi proposto por John Muir e

tem por base a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual. Essa corrente objetivava a preservação da natureza longe das ações humanas, como forma de protegê-la do processo de urbanização e industrialização, criando a noção de natureza intocada.

Porém, a importação do modelo de conservacionismo dos países do Norte implica no aparecimento de conflitos, uma vez que estes não se adaptam nos países do Sul, quando o autor destaca a necessidade de construção de modelos apropriados para países do Sul, considerando as especificidades ambientais e culturais de suas sociedades (DIEGUES, 2000).

Atualmente as categorias de Unidades de Conservação se ampliaram bastante, não apenas no nível público, mas também entre a sociedade civil, com as unidades particulares de preservação e conservação. Morsello (2001) desenvolve a ideia de que a criação dessas unidades tornou-se uma forma de compensação dos usos indevidos em áreas particulares adjacentes, surgindo como alternativa às atividades econômicas, aparecendo enquanto justificativa ecológica para essas áreas de conservação e preservação.

Weeks e Mehta (2004), apontam para o fato de que as definições de UC atingem diretamente a vida da comunidade local, promovendo na prática, não apenas a gestão do território, mas da própria vida das pessoas, como ordens impostas sobre humanos e paisagens. Assim a organização pauta-se na lógica de imposições de fora para dentro das unidades. A legislação oriunda dessas categorias acaba por impor um controle sobre o território e a vida das pessoas que nele habitam, originando conflitos, principalmente no que se refere à percepção dessas pessoas sobre seus direitos e o controle sobre os recursos disponíveis.

Cabe ao Estado, enquanto instrumento da lei, criar os espaços territoriais especialmente protegidos, como as áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas. No Brasil, a ideia de criação de um sistema voltado para instituição e gestão de UC originou-se legalmente em 1981, quando foram estabelecidas as diretrizes para a Política Nacional do Meio Ambiente e criado o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, através da Lei n. 6.938, de 31 de agosto. A Política Nacional do Meio Ambiente tem, entre seus objetivos, a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental da vida e, entre os pressupostos para implementar essa política, encontra-se a proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas (Art. 2º, inciso IV). De acordo com o Art. 4º, inciso I, ela visará “à compatibilização do desenvolvimento econômico social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico”.

As UC's no Brasil são em sua maioria de uso sustentável (FIG. 2) e a preservação dos ecossistemas brasileiros tem contado com a participação expressiva da iniciativa privada e de particulares, com 58,92% do total das UC's. O Cerrado, bioma em que está inserida a APA do Rio Pandeiros, ocupa uma área de cerca de 1,7 e 1,9 milhões de quilômetros quadrados na porção

central do Brasil, correspondendo a 23% do território nacional, e é o segundo maior bioma do país, superado apenas pela Floresta Amazônica (SANO E ALMEIDA, 1998).

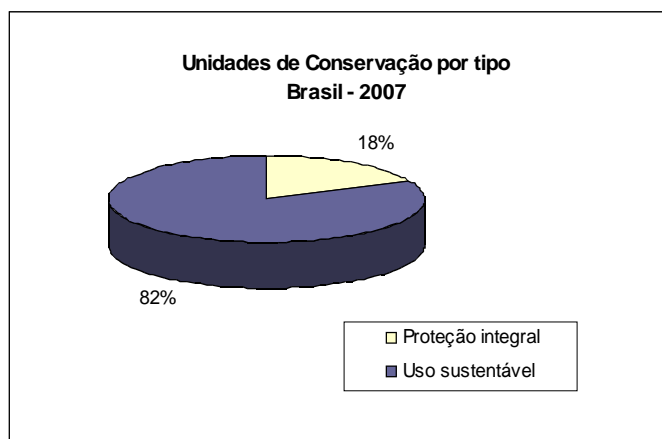


FIGURA 2: Unidades de Conservação por tipo no Brasil
Fonte: IBAMA (2007)
Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>>.

Para Pereira (2005) existe um quadro em que várias UC's não possuem Plano de Manejo, fiscalização ou recursos humanos e financeiros suficientes. Para a autora, essa situação poderia ser revertida com o envolvimento da comunidade, que apontaria com o apoio necessário ao poder público na implementação das unidades. Porém, questiona a situação de como essa comunidade poderia participar se, segundo a legislação, elas são excluídas e não é permitida a sua permanência no interior das UC's de proteção integral. Para a autora somente a instituição de Unidades de Conservação não é solução para os problemas de degradação ambiental em que se encontram os biomas brasileiros.

A conservação da biodiversidade no Brasil está diretamente relacionada a adoção de políticas públicas eficientes, capaz de reverter o quadro de inexistência de articulação na sua elaboração e implementação. Destaca-se o papel das comunidades locais (VALLEJO, 2005; AMARAL, 2007), em que a abordagem da questão ambiental deve partir, também, da investigação do comportamento das unidades familiares envolvidas com a agricultura, uma vez que essas pessoas participam da conservação informal das áreas, haja vista dependerem delas para a sobrevivência.

A APA Estadual do Rio Pandeiros

Em Minas Gerais a definição, criação e implantação de unidades estaduais de conservação é uma atribuição do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais- IEF. Cabe ao órgão, também, a administração dessas áreas.

Uma dessas unidades estaduais é a Área de Proteção Ambiental do rio Pandeiros, que tem uma área de 380.000 hectares e foi criada através da Lei 11.901 de 01/09/1995, abrangendo áreas de interesse ecológico situadas na bacia hidrográfica desse rio (IEF, 2006). Está localizada na região

Norte de Minas Gerais, na margem esquerda do Rio São Francisco, ocupando parte dos municípios de Januária, Bonito de Minas e pequena parte de Cônego Marinho. Sua administração está sob responsabilidade do IEF-MG, que atua na elaboração de projetos, como o Projeto Pandeiros, na gestão e fiscalização da área.

De acordo com a lei de sua criação, tem como objetivo a proteção da bacia considerada paisagem de beleza cênica do Cerrado e das áreas de significativa importância da reprodução e desenvolvimento da ictiofauna. As águas verdes e cristalinas do Pandeiros vertem-se nas águas barrentas do rio São Francisco, em um contraste de grande beleza, levando peixes e renovando a vida. O rio Pandeiros possui várias cachoeiras e corredeiras. O som produzido pela água faz lembrar o do instrumento musical pandeiro. Essa associação conferiu o nome ao rio.

A área da bacia do rio Pandeiros foi ocupada com mais intensidade em meados do século XVIII, com a formação das grandes propriedades rurais destinadas à pecuária de corte. A formação dos currais nesse período marca o início das ações humanas sobre a região que se intensificaram nas décadas de 1960/70 e 1980, com a implantação de grandes projetos de reflorestamento com eucalipto, visando à produção de carvão vegetal para sustentar os fornos das siderúrgicas da região central do estado de Minas Gerais.

A comunidade do Pandeiros iniciou-se com a construção da hidrelétrica em 1958. Segundo funcionário do IEF, a comunidade

ganhou forças em dois momentos: com o Fiset (Fundo que financiou o plantio de 1,5 milhões de hectares de eucalipto na região e que menos de 1% sobreviveu e com o carvoejamento ilegal principalmente na última década (Sr. Walter Viana Neves. Entrevista em: 10 jan. 2008).

Com a dinâmica populacional acompanhando os ciclos econômicos, atualmente os três municípios que fazem parte da bacia do rio Pandeiros possuem uma população total de 79.645 habitantes (IBGE, 2007), com a grande parte residente em Januária (TAB. 1). Nas comunidades rurais, os moradores desenvolvem a agricultura de subsistência, principalmente com o cultivo do feijão, arroz, mandioca, milho e cana. Existem, também, algumas propriedades que praticam a pecuária extensiva.

TABELA 1
População dos municípios que integram
a bacia hidrográfica do rio Pandeiros

Municípios	2000			2007
	Rural	Urbana	Total	
Bonito de Minas	6.443	1.420	7.863	8.544
Cônego Marinho	5.713	764	6.477	6.290
Januária	27.682	35.923	63.605	64.811
Total	39.838	38.107	77.945	79.645

Fonte: IBGE: Censo 2000/Contagem populacional 2007

De acordo com o IEF (2006), a bacia do Pandeiros enfrenta vários problemas que persistem mesmo após a implantação da APA, sendo eles a caça e a pesca predatória, a ocupação desordenada das margens do rio por atividades agropecuárias, a degradação das matas ciliares e de topo. Além da produção de carvão de eucalipto como “bastante significante sendo a maior da região” (IEF, 2006, p.1), com referência à produção da Plantar SA que está desativada desde 2007, sem a renovação do plantio.

A comunidade, suas relações e conflitos: Onde é que vamos viver?

A questão que complementa o título acima, proferida por um morador da APA, remete a reflexões sobre a situação da comunidade e sua importância para a real proteção da bacia hidrográfica do rio Pandeiros. Diante dessa indagação é possível considerar Steinberger (2006) no que se refere aos questionamentos sobre uma visão de espaço enquanto palco onde as interações ocorrem. Muitas vezes na implantação de políticas públicas ocorre a desconsideração do papel desse espaço para as comunidades ali presentes, anulando sua importância.

O Estado tem um papel fundamental na estruturação dos territórios, mas as atuais políticas públicas devem ter o cuidado de não ser centralizadoras, efetuando um planejamento autoritário, quando as metas e recursos se destinavam a um público alvo, mas que são atreladas ao planejamento imposto pelo Estado. Devem reconhecer a existência de poderes plurais, sejam federativos ou de novos sujeitos sociais expressos nos movimentos populares, de forma que o “Estado, gestor dos conflitos e articulador de interesses dos vários segmentos da sociedade, comanda essas políticas que, por serem públicas, envolvem os mais diversos interesses dos atores sociais” (STEINERGER, 2006, p.12).

Mesmo em projetos mais amplos a comunidade, muitas vezes, não é considerada em suas especificidades. Com isso projetos que apresentam boas propostas quando são implementados não alcançam os objetivos junto à comunidade. Deixam, dessa forma, de cumprir um de seus princípios que é a eficiência na obtenção de resultados.

A APA Estadual do Rio Pandeiros tem sua história marcada por momentos com ausência do Estado e outros com a implantação de políticas públicas que impuseram novos direcionamentos ao território, com novos atores, objetos, interesses e ações, permeados por relações de poder. Nesse contexto, parcela expressiva da população permaneceu excluída dos benefícios dessas políticas.

Essa parcela excluída é formada por pequenos produtores rurais e moradores da APA e compõe peça fundamental para o êxito de projetos que visam a sustentabilidade. As complexas interações vivenciadas por esses habitantes desenvolvem o sentimento de pertencimento junto ao

território. Assim, não é possível dissociar o território dos homens que o constitui. Na área de pesquisa são esses homens que modificam o ambiente físico e as estruturas produtivas. A tomada de decisão e o comportamento de cada indivíduo ou grupo têm a capacidade de alterar o espaço definindo micropoderes simbólicos e vividos no cotidiano, como considerou Haesbaert (2004).

A agricultura familiar e a pecuária sempre foram a base da economia local. Mas a economia da região de Januária passou por profundas transformações decorrentes da sua inserção em um mercado capitalista mais amplo, onde produtos antes comercializados nas feiras locais passaram a chegar de regiões distantes e com preços menores, pois são produzidos por grandes empresas, como é o caso do feijão e da farinha de mandioca. Com isso o quadro de carência dos pequenos produtores rurais se agravou, no momento em que perderam mercado e o que produziam não conseguia competir em preço com os produtos importados de outras regiões do estado ou do país.

Essa realidade se expressa na fala dos entrevistados

as pessoas comercializam na feira. A maior dificuldade para as pessoas da roça é vender o produto (Sr. Afonso. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Januária. Entrevista em: 26 jul. 2007).

Na área em que mora, produz mandioca, faz farinha, sobra um pouco para vender, mas o preço é muito baixo - R\$20,00 o saco de 50 quilos (Sr. Santino. Carvoeiro em carvoaria na comunidade de Poções/Angico. Entrevista em: 29 jul. 2007).

A dificuldade não está apenas na comercialização, mas inicia-se no plantio, quando as condições do solo são desfavoráveis. Até o momento anterior à APA, muitos produtores usavam as áreas de veredas para o cultivo, incentivado pelo PROVÁRZEA (programa público de fomento ao cultivo em áreas de várzea), mas atualmente existe a proibição. Os impedimentos ligados à legislação ambiental, fortalecidos pela presença do IEF, tornaram-se um ponto de insatisfação e conflito.

A primeira dificuldade é que a maioria dos terrenos são fracos para trabalhar. As beiras dos rios e os brejos estão proibidos para plantar. Então dependemos de um incentivo grande para produzir e plantar, como o caso do biodiesel que vem aí, para plantar mamona. Se tiver um incentivo para essas pessoas, acredito que melhora. A EMATER arruma as sementes, de feijão, de horta. O pessoal é muito ignorante, querem fazer do jeito que faziam; precisa ter uma pessoa para ensinar. Tudo aqui para nós é difícil. Se planta uma lavoura, não acha quem compra; para vender melhor tem que ir para Chapada Gaúcha (*cidade vizinha*), quando vai para Januária, às vezes não vende. O forte aqui é a farinha de mandioca; com dois anos produz; vai vender um saco de farinha por R\$30,00 e não acha quem compra. Um comércio de Januária compra 5 sacos de farinha. O que mais se produz é a farinha, pois a mandioca onde planta ela dá (Sr. Mário Silvério Viana. Líder comunitário de Várzea Bonita. Entrevista em: 25 jul. 2007).

A falta de apoio técnico em algumas comunidades da APA é um agravante da produção agrícola. Essa ausência gera a descrença da população frente aos órgãos do Estado. Dentre as sete comunidades visitadas para entrevistas, os representantes de cinco apontaram para essa ausência de assistência técnica para o cultivo. Os depoimentos apontam para essa realidade

Não recebem apoio de ninguém. Anteriormente conseguiam plantar nos brejos, feijão, milho, arroz, e hoje não conseguem mais pois acabou tudo, ficou tudo seco e a umidade é pouca. Eles comentam que cada ano que passa vai ficando mais difícil. O motivo é atribuído ao tempo, redução das chuvas (Sra. Geralda. Presidente da Associação Comunitária Amigos do Distrito do Pandeiros. Comunidade de Vila Pandeiros. Entrevista em: 28 jul. 2007).

Não existe a assistência técnica e com isso as pessoas desistem. Precisavam ganhar com a lavoura aquilo que ganhavam com o carvão (Sr. Oswaldino. Líder comunitário da Larga. Entrevista em: 11 jan. 2008).

Algumas famílias estão buscando alternativas de renda na coleta do babaçu para comercialização em Januária. O material é acumulado na estrada e um veículo faz o transporte até a olaria, onde é queimado no forno. Porém o valor pelo produto é bastante reduzido. Um saco do fruto do babaçu, com peso de aproximadamente 20 quilos é vendido por R\$2,00. Como aponta alguns moradores da comunidade, “não dá para viver de babaçu”.

O uso do babaçu indica que a comunidade do Pandeiros ainda percebe na natureza alguns elementos que tornam-se recurso para a sobrevivência. A extração dos recursos naturais pela comunidade, sendo possível incluir o pequi que destaca-se na época da coleta por seu valor comercial e aceitação no mercado, está ameaçada pela produção de carvão. A retirada da vegetação nativa para servir de matéria-prima aos fornos das siderúrgicas provoca o rompimento dos sistemas naturais, deixando um rastro de impactos no ambiente.

Outro fator essencial para a conservação da área, mas que é gerador de conflito, é a comunidade enquanto ator. Segundo depoimentos, a comunidade não participou da definição da APA Estadual do Rio Pandeiros. Apesar da implantação ter ocorrido em momento posterior à algumas discussões sobre a necessidade de participação das comunidades, como ocorreu na Conferência realizada no Rio de Janeiro – Rio 92, optou-se ainda por manter uma visão de unidade de proteção limitada aos elementos bióticos e abióticos, desconsiderando os seres humanos e suas relações econômicas e com o meio ambiente.

Também não se considerou sua história e a do espaço que ocupam, formada há alguns séculos. Essa UC obedeceu a prática de decisões “de cima para baixo”, quando novamente a área foi considerada como um “vazio demográfico” e os moradores mantiveram sua invisibilidade, situação que se repetiu em 1970 quando os projetos de reflorestamento chegaram e, novamente em 1995 com a implantação da APA. A diferença é que na fase mais recente se deixou o objetivo de crescimento econômico e, agora, está sob o discurso da proteção ambiental. Com isso o espaço foi reorganizado e o homem local, atônito, não viu alternativa a não ser adaptar-se ao novo gestor da área e de suas vidas – o Estado/IEF.

Que eu me lembre não fomos chamados para discutir a criação. No momento somos chamados, quando vai a liderança ou algum representante (Sr. Mário Silvério. Comunidade de Várzea Bonita. Entrevista em: 25 jul. 2007).

Antes de 1995 não chamaram para falar da APA. Criaram sem conversar. O IEF tem buscado recolher as idéias dos moradores e buscar soluções e ver o que precisam (Sr. Eduardo. Comunidade da Larga. Entrevista em: 26 jul. 2007).

Só falaram que iam fazer umas picadas, do Pandeiros para cá. As máquinas já estão aí. Iam cercar as terras do pântano para o gado e as pessoas não chegarem lá. Eu acho que esse povo aí está errado. Onde é que vamos viver? Nós não tem um cavalo, não podemos criar um gado, uma vaca para tirar o leite. Tudo isso nós falamos lá na reunião. Nós temos um pedacinho de cana para dar alimento para o gado no período da seca. Na seca a valência dos bichinhos é na beirada do rio, mas aí tapam lá e acabou (Sr. José Francisco. Comunidade de Campos. Entrevista em: 25 jul. 2007).

O Sr. José Francisco levantou um questionamento que, talvez, seja expressão comum (onde é que vamos viver?), demonstrando uma situação forte na área do Refúgio Estadual de Vida Silvestre (Unidade de Conservação localizada na foz do rio Pandeiros e no interior da APA), onde a população foi excluída da proposta. Nas falas do Sr. Mário e Sr. Eduardo percebe-se que atualmente as pessoas são chamadas a participar das discussões, em uma situação de tentativa de reverter uma falha inicial.

Pereira (2005) alerta que, com a criação de uma UC parte da decisão de esferas superiores, as reivindicações da população local não são ouvidas ou consideradas. Algumas vezes as manifestações limitam-se a grupos locais mais articulados politicamente e que possuem interesses específicos. Tal situação gera um jogo de forças e poderes em diversas escalas. Para a autora, com a baixa participação da população, os tecnocratas apropriam-se de discursos de segmentos específicos, como latifundiários ou, no caso específico dessa pesquisa, as siderúrgicas e a “máfia do carvão”, implementando procedimentos políticos disfarçados de soluções técnicas.

A Lei nº 9.985/2000, que criou o SNUC, propõe a participação das comunidades locais, além de um trabalho de educação ambiental. Porém apenas a lei não basta. É preciso construir alternativas para a comunidade, como forma de compensar os recursos adquiridos com a produção de carvão. Essas alternativas se concretizam em políticas públicas eficientes. A conservação da biodiversidade no Brasil está diretamente relacionada a essa eficiência, capaz de reverter o quadro de degradação deixado por políticas passadas e pelas carvoarias. Os efeitos positivos serão concretizados somente com a participação da comunidade. É importante uma investigação do comportamento das unidades familiares envolvidas com a agricultura, pois são participantes diretas na conservação. Com isso tem-se a democratização na implementação das políticas ambientais no Brasil.

O IEF tem buscado algumas soluções para implementar a sustentabilidade, oferecendo outra renda aos moradores que fazem carvão. Entre eles encontram-se projetos como a Casa de Farinha, de apicultura, agricultura e pecuária de pequeno porte e manejo florestal sustentável em pequenas

propriedades. As atividades são desenvolvidas em algumas comunidades com o objetivo de aumentar a renda das famílias.

A grande dificuldade na implantação dos projetos coordenados pelo IEF é a sua aceitação junto à comunidade. Ainda persiste a visão de um órgão voltado apenas para a fiscalização e aplicação de multas. A Cáritas do Brasil iniciou esse projeto junto ao IEF, mas a parceria não prosseguiu. Segundo o Sr. João Batista

o Cáritas não tem problema com o IEF. Mas a questão é que em algumas áreas de atuação da Cáritas, as pessoas da comunidade não vêem o pessoal do IEF muito bem. Uma coisa é você chegar sozinho, da Cáritas, outra coisa é chegar junto com pessoas do IEF. A comunidade tem um olhar diferente. Em algumas comunidades esse trabalho funciona bem, como é o caso da Cabeceirinha (perto da Larga); tem outros que trabalham junto com o IEF e a Emater e tudo vai bem. Mas as coisas estão melhorando, aos poucos está ocorrendo uma aceitação (Sr. João Batista. Funcionário da Cáritas do Brasil em Januária. Entrevista em: jul. 2007).

Porém o tempo de uma política pública não é o mesmo da necessidade dos moradores que precisam do dinheiro para alimentação, vestuário, remédios, dentre outras, levando-os a desanimarem e voltarem à produção do carvão.

Aos poucos o IEF tem buscado alterar sua posição frente às comunidades. Segundo o Sr. Walter Viana, o trabalho deve ser permanente e em vários locais, realizado por alguns funcionários mesmo com o baixo investimento e infra-estrutura disponibilizada pelo Estado.

Já foram feitas centenas de palestras e visitas e até mesmo gincanas em escolas públicas e associações comunitárias da região com esta finalidade, realizadas por equipe técnica do IEF e Corpo de Bombeiro. A proposta para modificar a situação é colocar as secretarias de agricultura e secretarias de ação social (municipal, estadual e federal) para funcionarem junto aos agricultores de subsistência. As secretarias acima citadas é que tem competência e preparação para resolver os problemas dos agricultores de subsistência. Os problemas ambientais são reflexos de uma utilização do solo sem sustentabilidade (Sr. Walter Viana. Entrevista em: abr. 2008).

Muitos funcionários do IEF acreditam nos projetos e trabalham para sua concretização. Porém problemas burocráticos, de recursos e de falta de segurança contribuem para o prejuízo do trabalho e a descrença da comunidade.

Produzir e preservar – um conflito do Estado?

Inicialmente é importante tecer algumas considerações sobre o conceito do termo conflito. Este pode ter várias definições, porém é possível definir como “uma luta por valores e reivindicações de *status*, poder e recursos escassos, em que o objetivo dos oponentes consiste em neutralizar, lesionar ou eliminar os rivais” (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1986, p. 240). Bobbio (1991, p.225) expõe também o consenso da definição de conflito como uma forma de

interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades, quando estes objetivam o acesso e a distribuição de recursos escassos. Mas “esta proposição suscita imediatamente diferenciações e divergências atinentes à maior parte dos problemas ligados ao conceito de conflito e a sua utilização”.

Um conflito ocorre em um território e este é pensado como o espaço da prática (BECKER, 1988) que se traduz em sistemas de objetos e ações, são regulados pela política e pelo mercado, definindo a diferenciação entre os territórios. O Estado é um dos atores que atuam no território como representante político, mas não mais como o único centro do poder. O encontro de poderes no território é a fonte de conflito, quando grupos, indivíduos, organizações e o próprio Estado buscam o acesso aos recursos não apenas naturais, mas de poder, riqueza e prestígio.

O Estado é o responsável pela política ambiental, mas também pela econômica. Um dos grandes desafios atuais é conciliar essas duas vertentes, sem desconsiderar os aspectos sociais e culturais. O conflito do Estado está nessa conciliação, pois os problemas ambientais são problemas políticos e, no Brasil, o político está diretamente vinculado ao econômico. Ocorre, dessa forma, a implantação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico, com intervenções danosas ao meio ambiente, como é o caso dos reflorestamentos com eucalipto para abastecer a siderurgia. No caso das medidas de proteção, o Estado não adota de forma integral as medidas previstas na legislação, como a infra-estrutura para as UC's.

Com o predomínio da política econômica, na implantação de políticas públicas mais eficientes, o Estado se torna o protagonista do ordenamento territorial, quando a lógica da acumulação capitalista caminha junto com a lógica territorial, com o aval do Estado.

Dessa forma, atender as necessidades naturais humanas requer ampliar o uso dos recursos naturais. O crescimento populacional aliado à ampliação da expectativa de vida no mundo e no Brasil levou a uma superexploração da natureza. A criação de novos produtos, tornados essenciais ao homem moderno pelo sistema capitalista, o esgotamento dos recursos naturais em curto prazo, fez surgir uma crise na sociedade. Essa crise, porém, não é percebida por Leff (2006, p. 15) como uma “catástrofe ecológica”, mas como uma crise da racionalidade moderna e da economia do mundo globalizado.

A sociedade moderna deu origem à racionalização econômica do mundo e, com esse processo, a sociedade tem consumido as suas bases de sustentação, a natureza. Isso por considerar a sua capacidade de renovação ou por julgar a ciência e a tecnologia capazes de apontar caminhos no sentido da descoberta de novos materiais. Mas o próprio conhecimento tem levado a uma desestruturação dos sistemas naturais, causando degradação dos ambientes e a desnaturalização da natureza, nas palavras de Leff (2006). Porém, a própria natureza expõe os seus limites levando à necessidade de resignificação do mundo, com a defesa da vida, alimentando sentimentos e ações

solidárias em um convívio mais harmônico entre os homens e nas relações com o meio. Essa resignificação nem sempre faz parte dos planos econômicos, acarretando conflitos.

Segundo Acsehrad (2005) os conflitos relacionados às questões ambientais apontam para a necessidade de um desenvolvimento diferente do que ocorreu nas décadas de 1960/70 e 1980, imprimindo um novo questionamento onde os movimentos sociais apontam para a necessidade de construção de um novo modelo.

Em Minas Gerais o conflito do Estado, como protagonista do território e mediador dos conflitos, entre duas necessidades – proteção ambiental e produção siderúrgica/industrial – tem a possibilidade de elaborar e implementar políticas públicas para solucionar ou minimizar esses conflitos. Essas políticas são acompanhadas, muitas vezes, de uma reorganização do território, quando na área da bacia hidrográfica do rio Pandeiros passou a atuar um novo ator – o Estado – enquanto gestor de uma área pública de UC.

As discussões sobre a configuração de um território fazem parte, também, das discussões sobre o poder. De acordo com Lima (2007, p.110) o poder instaura normas para o controle dos territórios oriundos de vários atores, seja do poder legal ou não, como no caso do esquema das carvoarias, liderado pela “máfia do carvão”. Assim, o uso do poder tem a capacidade de agir e produzir efeitos sobre um território. No caso da área de estudo percebe-se que os dois atores atuam: os carvoeiros para garantir a produção e, em outro extremo os inibidores dessa ação que degrada o meio ambiental e social, os funcionários do IEF.

Roux (2004) confirma que o fator econômico se sobrepõe a todos os outros no comando do território. Assim a construção de um território está submetida à lógica econômica que exclui os projetos ambientais e dos habitantes locais.

Repensar e planejar o território deve ser tarefa coordenada pelo Estado, com a participação da sociedade. Os segmentos da sociedade que possuem os domínios políticos e econômicos se articulam de forma a usar o aparelho do Estado para garantir seus interesses. Com isso, o Estado atua na esfera econômica e cria condições para a acumulação de capital. As pressões de outros segmentos da sociedade, como os movimentos sociais e ambientais pressionam esse Estado para uma nova postura no ordenamento do território.

As forças são desiguais e a capacidade de adaptação do capitalismo se faz novamente presente. Como lembra Zhouri e Oliveira (2005), está se definindo um novo paradigma ambiental dominante, com um modelo de “adequação ambiental”, com ações políticas, mas que mantém a lógica econômica, atribuindo ao mercado a solução para os problemas ambientais. Mas paralelamente, esses novos movimentos e atores sociais levam para a sociedade reflexões teóricas e críticas ao sistema capitalista, tentando imprimir uma nova direção ao paradigma ainda em construção. O conflito do Estado, mesmo que atualmente com o predomínio econômico, pode trazer

uma solução mais humana, melhorando as condições de vida de comunidades como as da APA Estadual do Rio Pandeiros.

Considerações finais

A Área de Proteção Ambiental do rio Pandeiros foi criada sem a participação da comunidade nessa decisão. Considerou-se a importância da bacia hidrográfica para o rio São Francisco e para o domínio morfoclimático do Cerrado. Não apenas a comunidade foi excluída, mas sua história e as relações de poder ali presentes e que foram consolidadas ao longo de décadas. Complementando o quadro, a área recebe influência de movimentos nacionais e internacionais, como a ampliação do consumo de ferro e aço pela sociedade e das questões ambientais.

O espaço tornou-se complexo em suas interrelações, com atores que possuem diferentes visões sobre o uso dos recursos naturais, em relações conflituosas. Com a implantação da APA um novo ator é adicionado. Com a inserção do Estado o espaço recebe nova ordenação e, através do papel de gestor este impõe uma nova organização baseado na legislação ambiental vigente, ampliando os conflitos. Forças de poder se entrelaçam no espaço, transformando-o em território.

A situação da APA Estadual do Rio Pandeiros aponta para um dos conflitos do Estado, pois este exerce dois papéis, um com responsabilidade sobre a conservação e proteção ambiental, e outro com a necessidade de promoção do desenvolvimento econômico através de incentivos fiscais ou da implantação de programas de fomento florestal ou agrícola. O Estado também apresenta papel contraditório no momento da não adoção de medidas sustentáveis indicadas pela legislação que ele próprio elabora, como fornecimento de estrutura profissional e técnica para a preservação dos parques e reservas ecológicas, além do controle e fiscalização da extração dos recursos naturais.

Em meio ao conservar e o produzir está o Estado, com todas as suas artimanhas e arranjos, defendendo interesses diversos. Quando as políticas são voltadas para a comunidade local, sempre esbarram na burocracia, demonstrando um descompasso entre as necessidades reais da população e a área enquanto espaço de conservação ambiental.

O manter-se no lugar passou a gerar novos conflitos e o território da APA se tornou um campo de lutas, com os grupos defendendo seus interesses. As forças são, muitas vezes, desiguais. Conflitos entre gestores e possuidores de poder na região do Pandeiros tem feito dos agricultores um segmento de invisíveis, isto é, com invisibilidade política e de representação. Um novo desafio se configura no que se refere a gestão de um território legal – a APA – frente a outros territórios não legais associados a produção de carvão vegetal.

A adoção de políticas públicas na região pesquisada gerou um crescimento, porém sem que se resolvessem os conflitos e a desigualdade e o desenvolvimento. Assim o que se presenciou na região norte de Minas Gerais com a ação do Estado foi um crescimento e não um desenvolvimento

que engloba a melhoria das condições sociais da população em geral.

A solução para o problema dos conflitos da APA Estadual do Rio Pandeiros está além das esferas econômica e ambiental, mas aponta para a necessidade de um planejamento estratégico, que tenha como objetivos a melhoria da qualidade de vida e equidade social e ambiental, reduzindo o quadro de desigualdade e de injustiça ambiental. Esse plano ultrapassa ao limite de acesso a bens e serviços, mas atinge o exercício de cidadania, onde objetiva-se a participação dentro de uma visão democrática. Essa é uma tarefa a ser efetivada pelo Estado. Mesmo que tenha como pressuposto a participação da sociedade civil, ele deve assumir a responsabilidade da redução dos impactos ambientais negativos e das desigualdades socioeconômicas em que se encontra o estado de Minas Gerais.

Bibliografia

ACSELRAD, H. Apresentação. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 288 p.

AMARAL, W. A. N.; BRITO, M. C. W.; ASSAD, A. L. D.; e MANFIO, G. P. *Políticas públicas em biodiversidade: conservação e uso sustentado no país da megadiversidade*. Disponível em: <http://www.hottopos.com/harvard1/politicas_publicas_em_biodiversi.htm>. Acesso em: 08 dez. 2007.

BECKER, B. K. *A geografia e o resgate da geopolítica*. In: IBGE. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1988. 150 p.

BETHONICO, M. B. M. *Produção de carvão vegetal no município de Montezuma-impactos sócio-ambientais*. 2002. 204 f. Dissertação (Mestrado em Geografia e Análise Ambiental) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. 3.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991. 666p.

DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996. 162 p.

_____. (Org.) *Etnoconservação – Novos rumos para a conservação da natureza*. São Paulo: Hucitec/NUAPAUB-USP, 2000. 209 p

FGV. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1986. 1422 p.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004. 400 p.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX- 1914-1991*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598 p.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS /IEF. *APA Estadual do Rio Pandeiros*. Januária:

Instituto Estadual de Florestas, 2006. 3f. Mimeografado.

LEFF, E. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 555 p.

LIMA, I. Da representação do poder ao poder da representação: uma perspectiva geográfica. In: SANTOS, M. et al.. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 416 p.

MORSELLO, Carla. *Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2001. 344p.

PEREIRA, Doralice Barros. Paradoxos do papel Estado nas Unidades de Conservação. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. (orgs.). *A insustentável leveza da política ambiental – Desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 288 p.

ROUX, M. O re-encantamento do território. In: SILVA, A. A. D.; GALENO, A. (Orgs.). *Geografia: ciência do complexus: ensaios transdisciplinares*. Porto Alegre: Sulina, 2004. 334p.

SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. *Cerrado: ambiente e flora*. Planaltina: EMBRAPA – CPAC, 1998. 556 p.

STEINGERGER, M. et al.. (Org.). *Território, ambiente e políticas públicas espaciais*. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006. 408 p.

VALLEJO, L. R. *Políticas públicas e conservação ambiental: territorialidades em conflito nos parques estaduais da Ilha Grande, da Serra da Tiririca e do Desengano (RJ)*. Orientadores: Carlos Alberto Franco da Silva e Cláudio Belmontede Athayde Bohrer. 2005. 342 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, 288 p.

WEEKS, P.; MEHTA, S. *Managing people and landscapes: IUCN's protected area categories*. Kamla-Raj, 2004. J.Hum.Ecol., n° 16, p. 253-263. Disponível em: <<http://www.krepublishers.com/02-Journals/JHE/JHE-16-0-000-000-2004-Web/JHE-16-4-227-293-2004-Abst-PDF/JHE-16-4-253-263-2004-1179-1179-Weeks-P/JHE-16-4-253-263-2004-Weeks-P.pdf>>. Acesso em 13 abr. 2008.